

# **A OCUPAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DO SUDOESTE DO PARANÁ A PARTIR DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DA LUTA DOS TRABALHADORES RURAIS**

Alzemiro PRANDO<sup>1</sup>

## **RESUMO**

As características sociais e econômicas do meio rural do Sudoeste do Paraná foram marcadas pela resistência dos trabalhadores rurais em diferentes períodos históricos mais recentes. Na década de 1950, foi por movimentos de ocupação a partir da organização dos trabalhadores posseiros contra as Companhias de Terras que se instalaram na região para realizar exploração imobiliária, o que desencadeou no ano de 1957, a Revolta dos Colonos. Nas décadas de 1960 a 1980, pela resistência dos agricultores devido à implantação do pacote tecnológico imposto pelos governos do regime militar, originando o processo de exclusão de milhares de trabalhadores rurais de suas terras, por não conseguir suportar as mudanças impostas por um novo modelo agrícola para o país. Contrapondo aos modelos impostos de ocupação do espaço sudoestino, os movimentos sociais e os próprios trabalhadores rurais lutaram pela manutenção da terra através da resistência própria no meio rural, com a formação de acampamentos e assentamentos de sem-terra, possibilitando que o Sudoeste do Paraná mantivesse até os dias atuais, características específicas de região de produção diversificada e do predomínio da agricultura familiar.

**Palavras Chave:** Espaço Rural. Ocupação. Trabalhadores Rurais. Movimentos Sociais.

---

<sup>1</sup> Mestre em Geografia pela UNIOESTE - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Francisco Beltrão – PR. Professor da rede Estadual de Ensino do Paraná e Coordenador de Curso (Técnico em Agropecuária) no Centro Estadual de Educação Profissional do Sudoeste do Paraná, Francisco Beltrão - PR (Colégio Agrícola) - [alzemiropando@bol.com.br](mailto:alzemiropando@bol.com.br)

## **THE OCCUPATION OF THE COUNTRY OF SOUTHWEST PARANÁ FROM SOCIAL MOVEMENTS AND THE STRUGGLE OF RURAL WORKERS**

### **ABSTRACT**

The social and economic characteristics of the rural South West of Paraná were marked by the strength of rural workers in different historical periods latest. In the 1950s, by movements of occupation from the organization of workers against the squatters Land Companies who settled in the region to carry out exploration buildings, which in 1957 triggered the revolt of the settlers. In the decades from 1960 to 1980, the resistance of farmers due to implementation of the technology package imposed by the governments of the military regime, which led to the deletion process of thousands of rural workers from their land, because he could not withstand the changes imposed by a new agricultural model for the country. Contrasting models of space occupation imposed sudoestino, social movements and the workers fought for the maintenance of rural land through their own strength in rural areas, with training camps and settlements of the landless, which allowed the South West of Paraná maintain specific features of the region of diversified farming and the predominance of family farming.

**Keywords:** Rural. Occupation. Rural Workers. Social Movements.

## 1 INTRODUÇÃO

A organização social dos trabalhadores rurais no Sudoeste do Paraná ocorrida a partir de 1950, foi responsável pela caracterização específica da configuração social e econômica que definiu, atualmente, a mais ruralizada do Estado, com fortes traços da manutenção da pequena propriedade, estabelecida no modelo de agricultura familiar. A luta dos trabalhadores rurais teve início a partir da década de 1940, com a vinda de um número expressivo de colonos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina que realizaram a ocupação do Sudoeste do Paraná. Na década de 1950, os colonos entraram em conflito com Companhias de Terras, que se consideraram legítimas donas das glebas da região, desencadeando o conflito social e político chamado Revolta dos Colonos de 1957.

Outro reflexo de mudança social e econômica da região iniciado a partir da década de 1960, foi a introdução no país, do modelo econômico chamado de Revolução Verde. Esta introdução refletiu diretamente nos pequenos produtores rurais, através do empobrecimento e comercialização de áreas de terras, provocando o êxodo rural em direção às periferias das médias cidades do Sudoeste, principalmente para os municípios de Dois Vizinhos, Francisco Beltrão e Pato Branco.

A partir dos anos de 1975, cresceu na região os movimentos sociais da luta pela terra, liderados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) e Movimento dos Agricultores Sem Terras do Sudoeste do Paraná (MASTES). A ação dos movimentos sociais tinha como base a organização de passeatas, acampamentos de sem-terra e ocupações de latifúndios. Reivindicaram junto ao poder público Federal e Estadual, a criação de assentamentos de Reforma Agrária. Em decorrência das ações dos movimentos sociais foram criados, no Sudoeste do Paraná, vários assentamentos de Reforma Agrária.

A partir desses assuntos citados, organizamos o presente artigo que retrata sobre aspectos do processo de formação da sociedade rural do Sudoeste do Paraná a partir da organização dos trabalhadores rurais que ocorreu entre as décadas de 1950 a 1980. O objetivo do artigo é descrever a importância da organização dos trabalhadores rurais e seu enfrentamento pela conquista da terra, num recorte histórico a partir da Revolta dos Colonos de 1957.

Foram utilizadas para a organização do artigo, obras bibliográficas de autores que descreveram sobre a história de luta dos trabalhadores rurais e pesquisa de textos jornalísticos, realizada nos arquivos do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Regional de Francisco Beltrão. Foram selecionadas reportagens de editoras de jornais locais da época, como o Correio de Notícias, Iguçu, Trabalhadores Sem Terra, Motocar e Sudoeste e a nível estadual, o Jornal Estado do Paraná. As pesquisas apresentadas, retrataram a situação sobre conflitos agrários, o êxodo rural, a luta pela Reforma Agrária e o envolvimento da Igreja no apoio aos sem-terra.

## **2 AS IMPOSIÇÕES DO MODELO ECONÔMICO E A INFLUÊNCIA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO RURAL DO SUDOESTE DO PARANÁ**

### **2.1 A Exploração Econômica da Terra e a Revolta dos Colonos**

As primeiras iniciativas de exploração econômica de recursos naturais no Estado do Paraná ocorreram no século XVI, marcada pela exploração do ouro no litoral e por uma economia de subsistência no interior do Estado. No século XVII, quando houve a ocupação do interior do território do Paraná, deu início a formação das primeiras cidades motivadas pelas atividades econômicas do tropeirismo, que se constituía em núcleos, localizados de Curitiba até Guarapuava. A ocupação tradicional ocorria pela passagem das “tropas” que se estabeleciam em diferentes pontos, gerando povoados.

No século XIX, com o esgotamento e declínio da pecuária tropeira, passou-se a explorar a erva-mate e a madeira. No século XX, dedicou-se no cultivo do café que assume o posto de produto hegemônico e posteriormente, da cultura da soja e da produção pecuária. Os ciclos econômicos desenvolvidos em diferentes períodos da história do Paraná contribuíram com a ocupação do espaço paranaense, praticamente em todas as regiões (FAJARDO, 2006).

O avanço na ocupação do território paranaense ocorria inicialmente com abertura de picadas no meio da mata, posteriormente por ligações de estradas e mais tarde ocorreu à construção de ferrovias que deram acesso as diferentes regiões. Um dos fatores que contribuiu

para a crescente ocupação, foi à entrada de empresas colonizadoras particulares que receberam do poder público, enormes concessões de terras para exploração da madeira, do gado, do café e da comercialização de áreas de terras.

Assim, a ocupação do espaço paranaense se definiu a partir da exploração das riquezas naturais, produções extensivas, por grupos econômicos apoiados pelos governos da época para comercialização de grandes áreas de terras. Com a existência, no Sudoeste do Paraná, de grandes áreas de terras públicas, foi alvo do processo exploratório através de companhias de exploração da madeira e na venda de terras.

O povoamento do Sudoeste do Paraná pode ser considerado um dos mais tardios ocorridos no Estado, iniciado somente na década de 30 do século XX. Antes desse processo de ocupação por povoamento, a região era habitada por caboclos.

Por volta de 1900, quando se tem os primeiros indícios de caboclos no Sudoeste do Paraná, de acordo com Corrêa (1970, *apud* MONDARDO, 2008, p. 6), a região era caracterizada como sendo um “longínquo e pouco conhecido sertão florestal”. Bittencourt e Bianchini (1996, *apud* MONDARDO, 2008, p. 6), caracterizaram esta fase de ocupação cabocla, “a população que sucedeu a indígena e miscigenou-se a esta, foi a dos luso-brasileiros, mais conhecidos como caboclos, cuja principal atividade era da agricultura de subsistência, o corte da erva-mate e o tropeirismo”.

Para Wachowicz (1987 *apud* MONDARDO, 2008, p. 6-7), o caboclo do Sudoeste paranaense não precisava ser necessariamente descendente do índio. Para o indivíduo ser classificado como caboclo precisava ter sido apenas criado no sertão, portanto, na floresta e este deveria ter hábitos e comportamentos de sertanejo, ou seja, hábitos da caça, da pesca e da coleta (produção para subsistência). Para o autor, o processo de ocupação permanente só ocorreu a partir da década de 1930, com a vinda dos camponeses do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, descendentes de imigrantes.

Aos poucos, os camponeses provenientes do Sul desenvolveram um sistema integrado no extrativismo da erva-mate, com a pecuária e a agricultura. Expandiram-se com a atividade de suinocultura, engordando porcos soltos na mata e no meio de lavoura e com a atividade de pecuária do leite, voltada a subsistência familiar.

Nas décadas de 1940 e 1950, a ocupação do espaço pelos camponeses coincidiu com a vinda à região de colonizadoras de terras públicas e privadas que estimularam a ocupação de áreas, com finalidade de realizar comércio com os recém-chegados do movimento migratório

proveniente principalmente do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Neste contexto de ocupação, houve conflitos entre as empresas colonizadoras e posseiros, pela divergência criada a partir da ocupação espontânea dos camponeses e com a imposição das empresas na venda de áreas de terras. Esse confronto histórico ficou conhecido como a Revolta dos Colonos de 1957, marco importante no contexto de conquistas e das lutas sociais dos trabalhadores rurais.

O contexto histórico da Revolta dos Colonos de 1957 teve seu início na década de 1940, quando a Colônia Agrícola General Osório (CANGO), instalada na Vila Marrecas, atual cidade de Francisco Beltrão, promoveu uma colonização dirigida de terras do Sudoeste do Estado até a fronteira com a Argentina. A CANGO foi criada por Getúlio Vargas em 1943 e impulsionou, depois da fase de ocupação, o desenvolvimento da região.

O agravamento do conflito deu-se quando a empresa Clevelândia Industrial e Territorial Ltda (CITLA) adquiriu do Governo Federal, as Glebas “Missões” e “Chopim”, através da Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União (SEIPU)<sup>2</sup>. Essas glebas incluíam territórios da CANGO, abrangendo as regiões dos municípios de Francisco Beltrão, Santo Antônio do Sudoeste e Capanema (BATTISTI, 2006).

A CITLA passou a cobrar dos camponeses pelos lotes como proprietária das terras. Nessa transação realizada entre a CITLA e Governo do Estado, não se respeitou o território de domínio da CANGO. A área repassada era riquíssima em recursos naturais, conforme descreve Feres:

A escritura passada à CITLA referia-se a 475.200 ha e incluía o território da CANGO, com mais de 3 mil colonos assentados, além das sedes dos distritos de Francisco Beltrão, Santo Antônio e Capanema. A área possuía a maior reserva de pinheiros adultos do Brasil, com mais de 3 milhões de árvores prontas para a industrialização, milhões de árvores de madeira de lei e uma quantidade incalculável de erva-mate exploráveis imediatamente. (FERES, 1990, *apud* BATTISTI, 2006, p. 69).

A CITLA estava herdando uma área de importância ínfima, constituída de inúmeros recursos hidrelétricos e da maior reserva de pinheiros araucária do Brasil, riquezas estas que seriam exploradas por anos, favorecendo somente para alguns grupos econômicos da época. A oposição estadual, liderada pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), denunciou a negociata,

---

<sup>2</sup> A SEIPU havia sido criada, em 1940, para gerir os bens encampados pelo governo Federal à Companhia Estrada de Ferro São Paulo – Rio Grande (concessionária da Brazil Railway Company) e promover a venda das terras dessa empresa no Paraná e em Santa Catarina (BATTISTI, 2006).

obtendo grande repercussão na imprensa nacional. Em função das denúncias, o Tribunal de Contas da União negou o registro da escritura à CITLA, alegando inconstitucionalidade. Diante disso, o Conselho de Segurança Nacional passou ofício a todos os Cartórios da região, proibindo o registro da escritura da CITLA (BATTISTI, 2006).

Segundo Wachovicz (1985, p. 62-63), no período da revolta, houve por parte da Empresa CITLA, “atrocidades contra os colonos posseiros, provocados pelos jagunços e milícias contratados pelas companhias colonizadoras de terras”. O interesse da colonizadora era fazer cumprir o contrato firmado com o governo federal mesmo que isso custasse à morte de um grande número de colonos. Battisti (2006) descreve que a CITLA utilizou como estratégia para expulsar os colonos, a prática do terror, enquanto que as autoridades governamentais ficavam aquém da grave situação.

[...] os jagunços, que se encontravam a serviço das companhias colonizadoras, agiam violentamente contra os posseiros, cometendo todo tipo de atrocidades contra eles: espancando, estuprando, queimando casas e matando animais e familiares seus. O Estado, nas suas instâncias local e estadual, por ação das forças políticas favoráveis à grilagem praticada na região, era conivente com a violência (BATTISTI, 2006, p. 71).

A CITLA protagonizou cenas de horrores contra camponeses e posseiros, como amarrar pessoas e castrar, estuprar, queimar casas, matar animais e crianças, colocar farpas de madeira debaixo das unhas das crianças para contarem onde o pai estava escondido (WACHOWICZ, 1987). As graves atrocidades sofridas pelos camponeses e posseiros, criou um sentimento de revolta de que era preciso fazer algo para conter o que estava ocorrendo. Em 10 de outubro de 1957, camponeses e posseiros organizaram-se em movimentos de massa, vindos de diferentes regiões que se concentraram na cidade de Francisco Beltrão. Armaram-se de ferramentas agrícolas, espingardas e barras de ferro e de madeira e apoderaram-se das principais sedes das companhias espalhadas pelo território sudoestino, expulsando as autoridades constituídas da CITLA. Os posseiros receberam apoio decisivo de comerciantes e profissionais liberais vinculados a grupos econômicos e/ou partidos de oposição ao governador da época.

Com a expulsão dos grileiros e “jagunços”, a luta continuou para transformar os posseiros em proprietários. Com a eleição do então Presidente da República Jânio Quadros, tomou medidas para solucionar o problema na região. “Através do decreto n.º 50.379, de 27/03/1961, desapropriou

grande parte da área em litígio e declarou de utilidade pública a gleba das Missões e parte da gleba Chopim, ou seja, o Sudoeste do Paraná” (LAZIER, 2003, p. 152-154).

A regularização das terras, segundo Battisti (2006), deu-se somente em 1973, através do Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná (GETSOP), criado em 1962, pelo então, Presidente Jânio Quadros, que deu a condição de proprietário das terras ao antigo “posseiro”. Segundo Lazier (1986), o GETSOP agiu até 1974 no Sudoeste, emitindo 43.383 títulos de propriedades (12.413 títulos urbanos e 30.970 rurais).

É fato reconhecido que esse movimento fez a diferença na região Sudoeste do Paraná e foi um marco importante na história devido à “resistência dos camponeses pela propriedade da terra, como espaço de trabalho e relações sociais, pela produção e reprodução da vida e não como fonte de poder, especulação ou acumulação” (BATTISTI, 2006, p. 65).

A vitória dos camponeses sobre as colonizadoras, nas décadas seguintes, abriu caminho para que milhares de colonos migrassem para o Sudoeste do Paraná, gerando uma peculiaridade regional de agricultor camponês, definidas a partir da divisão das áreas agrícolas ocupadas em predominância de pequenas propriedades rurais de até 50 ha.

Com a vitória regionalizada alcançada pelos movimentos de pequenos agricultores rurais (caso da Revolta dos Colonos de 1957), a partir dos anos de 1960, foi constituída no Sudoeste do Paraná, uma estrutura fundiária ocupada em diferentes formas: (1) de pequenos colonos, que exerciam atividades de policultura, voltada para a subsistência; (2) por empresas exploradoras no corte da madeira e de proprietários concentrados em grandes propriedades rurais que exerciam as atividades de criação de gado extensivo e produção agrícola; (3) de trabalhadores rurais não proprietários, distribuídos nas grandes fazendas de produção, exercendo funções como diaristas, arrendatários, meeiros, peões e boias-frias, constituindo assim, a grande leva de sem-terra explorados. Os madeireiros e fazendeiros de gado exploravam a mão de obra de trabalhadores meeiros, peões, diaristas e empregados. Surge neste período um grande número de trabalhadores considerados sem-terra.

Esta leva de trabalhadores despossuídos de terras aumentou consideravelmente no Sudoeste do Paraná, o que provocou o surgimento de movimentos de tensão no meio rural e gerou a partir dos anos de 1970, as primeiras iniciativas dos movimentos sociais e dos próprios agricultores a realizar ações na luta pela Reforma Agrária. Além dos sem-terra, houve o aumento do número de trabalhadores rurais atingidos por barragens, agravada a partir das desapropriações de terras em benefício à construção de uma série de usinas hidrelétricas no Estado (IPARDES, 1992).

A primeira experiência de mobilização de trabalhadores atingidos por barragens deu-se com a construção da Usina de Salto Santiago, Município de Saudade do Iguaçu, ocorrida no ano de 1977, em que, centenas de pequenos agricultores do Oeste, Centro Oeste e Sudoeste do Paraná tiveram que abandonar as suas propriedades rurais. Em 1978, com a construção da barragem da Usina de Itaipu, trabalhadores rurais foram apoiados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), e pelo menos 50% foram assentados em outras regiões, conseguindo preços razoáveis pelas terras em relação às de origem (IPARDES, 1992).

As saídas das famílias das suas propriedades rurais, por causa da construção de usinas, nem sempre foram pacíficas. A ação dos movimentos sociais contribuiu para que as propriedades alagadas fossem indenizadas a preços reais. Os movimentos sociais em prol a mobilização a favor dos sem-terra e dos atingidos pelas barragens em todo o Estado, contribuiu diretamente para a criação de inúmeros assentamentos e reassentamentos no Paraná e trouxe para alguns municípios o crescimento populacional e econômico.

## **2.2 O Modelo Agrícola Imposto e a Exclusão dos Trabalhadores**

A institucionalização do pacote econômico chamado Revolução Verde criado em meados dos anos de 1960 pelos governos militares, representou para o Sudoeste do Paraná, um retrocesso econômico e cultural, atingindo principalmente a vida do camponês que não teve condições de acompanhar a imposição estabelecida pelo mesmo. Com o intuito de garantir os compromissos firmados entre o Estado brasileiro com o capital internacional, o pacote da Revolução Verde teve como objetivo de aumentar a produção agrícola do país, voltada à exportação e com isto, equilibrar a balança comercial, limitando ao pequeno produtor rural, as possibilidades de crescimento produtivo, visto que, o programa era voltado ao médio e grande produtor rural.

A introdução do modelo tecnológico internacional produziu o empobrecimento e a saída considerável de pequenos agricultores rurais para as cidades. A perda das pequenas áreas rurais era eminente, visto pelas dificuldades impostas pelo pacote, que não permitia uma evolução dos pequenos produtores rurais nos moldes tecnológicos.

Por ocasião da inserção do processo de modernização da agricultura no período da ditadura militar, muito se discutia de que maneira o país conseguiria aumentar sua produtividade

agrícola. Duas visões distintas a esse processo predominavam: “a que defendia o aumento da produtividade por meio da Reforma Agrária, e a que defendia ser necessária a adoção dos pacotes tecnológicos pelos agricultores, sem tocar na questão fundiária” (ZAMBERLAM; FRONCHET, 2001, *apud* ANDRADES; GANIMI, 2007, p. 48). Na época, prevaleceram os aspectos corporativistas da adoção do pacote tecnológico, esquecendo-se da necessidade da Reforma Agrária, investindo especificamente em processos produtivos.

Para Santos e Silveira (2001), o Estado foi o concretizador da Revolução Verde, estimulando a entrada de empresas estrangeiras, voltadas à produção de sementes selecionadas, agrotóxicos, mecanização, logística de distribuição da produção e comercialização. Além de estimular a ação do capital internacional nos processos produtivos, o sistema de crédito destinava a financiar grandes grupos econômicos, política esta, que sucumbia a pequena propriedade rural.

A produção do espaço brasileiro, nesses moldes, trouxe algumas mudanças para o território. Primeiramente, as regiões que sofreram mais intensamente, são as regiões Sul e Sudeste e, em seguida, foi à região Centro Oeste, a qual presencia uma recente configuração em suas geografias com o surgimento dos *belts* modernos - são grandes propriedades agrícolas que possuem as características do processo de modernização da agricultura - como também o surgimento de um novo *front* - frente pioneira do processo de ocupação do espaço através da agricultura no país (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 118).

A nova fronteira agrícola do Centro Oeste cresceu economicamente com o apoio do Estado e ocupação do espaço agrário por grandes empresas agrícolas que vai organizar a produção do espaço, por intermédio da união entre indústria e agricultura. Essa fusão acarretou profundas transformações acerca da estrutura agrária nacional (ANDRADES; GANIMI, 2007).

A conjugação de fatores históricos sociais (ocupação através de uma política de colonização) e técnicas (as culturas de grandes extensões de terra e mão de obra volumosa, uso de insumos, máquinas e implementos agrícolas modernos), permitiu, segundo Coradini (1982), a configuração de um modelo econômico no Centro Oeste do Brasil, caracterizado pela agricultura empresarial, baseada em estabelecimentos médios integrados e subordinada às agroindústrias e as cooperativas, com incentivo das políticas estatais as grandes propriedades. Esse modelo econômico voltado ao apoio à grande propriedade rural, afetou diretamente os pequenos produtores rurais do Sudoeste do Paraná. Para Santos (2011), a influência do modelo tecnológico

sobre a região não afetou somente o processo produtivo, mas as possibilidades dos pequenos produtores rurais em acompanhar as mudanças.

Santos (2011) acrescenta ainda, que a modernização da agricultura é uma manifestação de poder, incentivada pelo Estado brasileiro, de forma a beneficiar os segmentos mais capitalizados da sociedade. Entretanto, as alterações provocadas extravasam o espaço rural e se manifestam nas cidades e se expressam no êxodo rural, no crescimento acelerado desordenado das cidades, nas relações de trabalho, na criação e extinção de serviços públicos no meio rural, como as escolas rurais e os postos de saúde, aspectos estes que contribuíram para diminuição da população local e a ocorrência de mudanças nos conceitos de território. Acrescenta ainda:

[...] assim o território é composto a partir de outros territórios, como o da agricultura moderna, da agricultura rudimentar, das agroindústrias integradoras, da produção leiteira, enfim territórios sobrepostos cujas relações que o consubstanciam, lhe dão especificidades. Entretanto, todos esses se compõem a partir de uma identidade, que exige as mudanças e/ou permanências para o seu desenvolvimento: a agricultura familiar (SANTOS, 2011, p. 122).

Essa subordinação ao modelo de agricultura empresarial foi um dos reflexos produzidos para que houvesse a saída de um percentual de pequenos agricultores rurais do campo para cidade por não suportar dívidas contraídas para saúdar os empréstimos bancários e altos juros de financiamentos na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas, construções rurais e custeio de lavouras, levando a necessidade de desfazer da propriedade rural para quitar compromissos assumidos.

Verificou-se no Sudoeste do Paraná, nos anos de 1980, o fortalecimento da agricultura empresarial com a introdução dos processos de integração suínos, frango, fumo, e o aumento da frota de máquinas e equipamentos agrícolas que impulsionaram o crescimento e a dependência do capital, necessitando mão de obra de empregados, peões, boias-frias e meeiros. Um percentual de pequenas propriedades rurais integrou-se ao modelo tecnológico, através de contratos de parcerias e sistemas de integração principalmente de suínos e aves, alcançando bom nível de desenvolvimento, enquanto outras foram que não se integraram foram postas à venda, o que gerou uma leva de trabalhadores rurais sem ocupação fixa da mão de obra, tornando-se trabalhadores sem-terra, peões de fazendas, empregados do sistema de integração. Parte dos trabalhadores rurais dirigiu para as cidades, residindo em áreas periféricas, contribuindo assim para o aumento de favelas.

No ano de 1982, o MASTES<sup>3</sup>, realizou cadastramento dos sem-terra da região para levantar a realidade que se apresentava. Foi constatado, em termos absolutos, “que 40% das famílias do Sudoeste não tinham terra ou quando tinham, era em caráter bastante precário, devido à grande incidência de rescisões de contratos de parcerias e arrendamentos” (FRANCO, 1992, p. 5).

Como o número de trabalhadores nesse processo de exclusão aumentou consideravelmente, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), viam com preocupação a realidade criada na região e encamparam a luta junto aos sem-terra, alertando o poder público e a sociedade da grave situação gerada.

Além da crise produzida pela Revolução Verde, o Sudoeste e Oeste do Estado, vivenciaram no ano de 1980<sup>4</sup>, a crise da suinocultura que foi uma atividade econômica

---

<sup>3</sup> O MASTES (Movimento dos Agricultores Sem Terras do Sudoeste do Paraná), foi criado pela necessidade de ter um movimento forte para a região Sudoeste do Paraná, principalmente após as dificuldades encontradas na ocupação da Fazenda Anoni, Marmeleiro (1984), quando desencadeou a difícil negociação das entidades representativas envolvidas junto ao Governo do Estado. Com o objetivo de promover a organização dos trabalhadores na luta pela conquista e fixação a terra e desenvolver nos agricultores a consciência de classe, o MASTES desenvolvia a política de luta, baseada nos princípios: “terra para quem trabalha e dela precisa e destruição do capitalismo e construção de uma nova ordem mundial” (BATTISTI, 2006, p. 77). O MASTES passou a atuar diretamente na organização dos trabalhadores sem-terra, aliado aos sindicatos e com o apoio das igrejas, principalmente a Católica. Em 1984, segundo Franco (1992, p. 6) deu-se início a uma série de ocupações promovidas pelo MASTRO (Movimento dos Trabalhadores Sem Terras do Oeste do Paraná) e MASTES: na Reserva Floresta de Ocoy (São Miguel do Iguaçu), Fazenda Mineira (Medianeira) e Fazenda Imaribo (Mangueirinha), todas posteriormente transformadas em projetos de Assentamento. No final da década de 1980, segundo Battisti (2006), havia no Paraná 44 acampamentos com um número em torno de 4.626 famílias acampadas.

<sup>4</sup> O movimento dos suinocultores nasceu nas regiões Sudoeste e Oeste do Paraná no final de 1980, visando o estabelecimento de preço mínimo para a carne suína e melhores condições de produção. Os problemas dos suinocultores advieram do incentivo governamental à produção, na medida em que atenderam à propaganda política oficial do governo Figueiredo denominada “plante que o João garante”, ampliando a produção de suínos. Com o excesso de carne no mercado e a divulgação recente da peste suína africana, os preços caíram, comprometendo a capacidade de pagamento do investimento realizado. O Banco do Brasil S/A, através de sua Carteira Agrícola, incentivou a construção de pocilgas e aquisição de matrizes e reprodutores, possibilitando a implantação de infraestrutura, mas com grande endividamento dos agricultores e preços abaixo do custo de produção, muitos perderam suas propriedades rurais. No Sudoeste, com o apoio da ASSESOAR, Sindicatos e Pastoral da Terra, foram mobilizados milhares de suinocultores em bloqueios às estradas - impedindo a saída de suínos em pé e a entrada de carne suína frigorificada -, passeatas, concentrações e acampamentos. No dia 15 de outubro de 1980, concentraram-se cerca de 8 mil criadores de suínos em Francisco Beltrão, num universo de 80 mil no conjunto dos municípios das regiões Oeste e Sudoeste. A imprensa local destacou o movimento dos suinocultores como o segundo movimento de revolta organizada na região, “ambos envolvendo o homem do campo em luta por seus direitos”. No dia 30 de novembro de 1980, os suinocultores encerraram o movimento, obtendo algumas conquistas econômicas e muitas promessas. Entre as conquistas, destacavam-se: aumento imediato no preço da carne suína de Cr\$ 38,00 para Cr\$ 48,00 e promessa de Cr\$ 55,00 a partir de primeiro de dezembro; abertura da exportação de carne suína; prorrogação dos financiamentos de investimentos por 90 dias; estabelecimento da sistemática de Preço Mínimo; acesso ao farelo de trigo pelos agricultores; promessa de realização de uma “campanha nacional de consumo interno de carne suína” (BATTISTI, 2003).

desenvolvida na região nas pequenas propriedades rurais. Jornais da época noticiaram que alguns municípios do Sudoeste tiveram a diminuição do número de propriedades rurais em detrimento da política da Revolução Verde instalada nos anos de 1970. Um dos trechos do Jornal do Iguaçu noticiou o processo de aceleração da perda de pequenas propriedades rurais,

[...] somente nos 17 municípios da microrregião de Francisco Beltrão, durante o ano de 1983, foram vendidas 2.664 propriedades rurais, o que quer dizer que em torno de 7% das propriedades foram anexadas às outras ou simplesmente negociadas. A média é de oito alqueires por propriedade, ou seja, 20 hectares (JORNAL DO IGUAÇU, 1984).

Alguns municípios destacavam-se na perda das pequenas propriedades. Segundo informações do Jornal do Iguaçu (1984), as maiores vendas ocorridas no ano de 1983, foram realizadas nos Municípios de Dois Vizinhos com 561 e Francisco Beltrão com 375. O jornal apontou ainda a seguinte realidade de venda das propriedades: Capanema (181); Enéas Marques (180); Realeza (179); Ampere (167); Salgado Filho (133); Salto do Lontra (130); Santa Izabel do Oeste (129); Santo Antônio do Sudoeste (119); Nova Prata do Iguaçu (99); Pranchita (94); Planalto (93); Pérola D' Oeste (71); Renascença (68); Barracão (63); e Marmeleiro (22), totalizando nesses municípios 2.259 unidades.

O número significativo, gerou a consequência direta da diminuição de propriedades rurais e trabalhadores. A venda das propriedades rurais teve reflexo direto no número de habitantes nos municípios. As médias e grandes cidades aumentaram o número de habitantes, problemas de infraestrutura e serviços públicos, enquanto que os pequenos municípios reduziram os habitantes e a capacidade de produção agrícola.

Manifestações foram realizadas pelos trabalhadores sem-terra em todo o Estado, chamando a atenção da opinião pública e das autoridades sobre os problemas gerados pelas políticas do governo em favorecimento aos grandes grupos econômicos, a falta de incentivo aos pequenos agricultores e morosidade na viabilização das questões da Reforma Agrária. A figura 1, mostra um desses movimentos no município de Francisco Beltrão.

Registros do Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural, (EMATER, 2010), ilustra (Figura 1) um dos momentos importantes dos trabalhadores sem-terra na luta pela Reforma Agrária na década de 1980. Este evento ocorreu em Francisco Beltrão, organizado pela Igreja Católica, ASSESOAR e STR, mostrando a participação e a luta de centenas de sem-terra,

cobrando uma ação mais decisiva por parte dos governantes em resolver o problema de desapropriações de áreas destinadas para assentamentos.



**Figura 1: Passeata nas ruas da cidade de Francisco Beltrão - 1985**  
FONTE: EMATER Regional - Francisco Beltrão (2010).

O movimento dos trabalhadores da época utilizava diferentes estratégias de organização de luta pela Reforma Agrária, como as passeatas, manifestos, ocupações de áreas, mesmo pelas poucas condições nos acampamentos e ameaças constantes de policiais. A palavra de ordem era resistir, chamar a atenção das autoridades e mostrar para a opinião pública a gravidade dos problemas sociais gerados pela falta de políticas governamentais a favor a agricultura da pequena propriedade rural e da Reforma Agrária.

### **2.3 A Investidura nos Grandes Acampamentos de Trabalhadores Sem-terra**

O caos produzido pelas políticas econômicas dos governos entre as décadas de 1960 e 1980, desestruturou a conjuntura social e cultural do Sudoeste do Paraná, formada por agricultores com peculiaridades de vida camponesa, que se instalara na região com perfil de produção de subsistência e diversificada. A partir da crise do campo, imposta pelo pacote tecnológico, aliada a crise da suinocultura, dificuldades de quitar empréstimos e sem uma política agrícola voltada ao pequeno agricultor, o Sudoeste do Paraná tornou-se, nestas décadas citadas, palco de concentração de sem-terra, o que fez surgir movimentos de luta pela Reforma Agrária.

A organização dos Trabalhadores Sem Terras passou a investir na formação de acampamentos e na ocupação de grandes áreas consideradas improdutivas. Formaram-se acampamentos de sem-terra em toda a região e a base do movimento era ocupar áreas para pressionar o Governo Federal e do Estado, na agilização para realizar desapropriações de áreas para fins de Reforma Agrária. Um dos exemplos desse investimento foi à ocupação da Fazenda Imaribo em Mangueirinha, marco importante nos processos de ocupação de áreas improdutivas.

A ocupação do Imóvel Imaribo ocorreu em 1986, numa área de 10 mil hectares de terra. Esta área já era definida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) como latifúndio improdutivo que não cumpria a função social da terra. Esta ocupação resultou no assentamento de 375 famílias (RADAELLI, 2010).

Parte do imóvel rural denominado "Fazenda Chopim", classificado no Cadastro de Imóveis Rurais do INCRA como latifúndio por exploração, foi destinado para fins de reforma agrária. O Decreto nº 94.756, de 10 de Agosto de 1987 (BRASIL, 1987), declara de interesse social, para fins de desapropriação. A fazenda pertencia a uma empresa do ramo madeireiro que explorava a área.

A notícia publicada pelo Jornal Motocar (1984), relatou que o início da ocupação da Fazenda Imaribo, foi por 86 famílias, Coronel Vivida, São João, Nova Prata do Iguaçu, Dois Vizinhos, Capanema, Planalto, Ampere e Santa Isabel do Oeste, organizados apoiados pela ASSESOAR de Francisco Beltrão (JORNAL MOTOCAR, 1984).

A figura 2 mostra o início do processo de ocupação da Fazenda Imaribo.



**Figura 2: Movimento dos Sem Terras no acampamento Imaribo, Mangueirinha, PR, 1984**  
FONTE: Jornal Motocar (1984).

Outro exemplo de ocupação, por trabalhadores sem-terra, no ano de 1983, foi a Fazenda Anoni em Marmeleiro. Nesta fazenda, 650 famílias ocuparam uma área de 4.000 ha. Este fato foi considerado crucial para o fortalecimento da organização dos movimentos sociais, visto pela considerável quantidade de trabalhadores envolvidos. A partir da ocupação da Fazenda Anoni, o município de Marmeleiro<sup>5</sup> foi palco da ação dos movimentos sociais por novas ocupações, gerando no total, 04 assentamentos, 01 reassentamento e 01 acampamento de sem-terra.

Historicamente a ocupação da Fazenda Anoni foi um marco inicial da resistência dos posseiros sobre as ameaças do despejo e reintegração de posse. O Jornal Estado do Paraná publicou reportagem na data de 15/01/1984, colocando a importância da ocupação da área da Fazenda Anoni, para fins de processo de assentamento. A reportagem destacava sobre o aumento do número de agricultores do Município. “Para se ter uma idéia do que possa representar para o desenvolvimento do próprio município, basta citar que Marmeleiro possuía, antes da Anoni, 2.000 famílias. A partir da Anoni passou para 2.600 famílias” (JORNAL DO ESTADO DO PARANÁ, 1984).

A área da Fazenda Anoni foi desapropriada pelo Governo Federal em 31 de março de 1980 pelo Decreto nº 84.603. O Jornal do Estado do Paraná enfatizou os aspectos da ocupação pelos trabalhadores sem-terra, bem como, o interesse para processos de Reforma Agrária:

[...] o interesse de assentar essas famílias é geral, portanto, não se trata de um precedente para que outras grandes áreas sejam invadidas, porque esta invasão só ocorreu, como declaram os próprios invasores, “quando a gente ouviu, pela ‘Voz do Brasil’, que a área foi desapropriada”. Se a área não tinha outra finalidade e se os posseiros estão dispostos a adquirir suas terras, o que está faltando é negociação. Os ocupantes da Fazenda Anoni têm enfrentado grandes dificuldades. A primeira é a fome. Muitos tiveram que procurar serviço em comunidades próximas para comprar alimentos. Mesmo assim continuaram mal nutridos, mas otimistas. Nas derrubadas brotou o melhor feijão da região. (JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 1984, p. 4).

---

<sup>5</sup> Foram diferentes formas de organização de ocupação do espaço rural por assentamentos de Reforma Agrária, ocorrida no Município de Marmeleiro, Sudoeste do Paraná. Foram 04 Assentamentos organizados pelo INCRA e 01 reassentamento da Eletrosul. O Assentamento Eduardo Raduan foi criado em 1998, numa área de 3.946 há, beneficiando 436 famílias, em lotes do tamanho de 09 ha. Este assentamento é originário da ocupação da Fazenda Anoni; o Assentamento Perseverança foi criado em 1987, numa área de 795 ha, com 34 lotes rurais em média de 16 ha cada; o Assentamento São Jorge foi criado em 1997, numa área de 300 ha, ocupado por 18 famílias, sendo a média de 13 ha por lote; o Assentamento Anjo da Guarda foi criado em 1997, com 358 ha de área para 19 famílias com a média de 15 ha por lote; o Reassentamento Itaíba com uma área de 804 ha, destinado para 32 famílias, proveniente do alagamento de área para construção da Usina de Itá no Rio Uruguai, RS. O tamanho dos lotes são 20 ha. O Acampamento São Francisco foi originário em 1996, com 900 há. Atualmente 60 famílias ocupam a área. Está em fase de viabilização em assentamento.

Antes que houvesse a solução do problema da desapropriação para fins de Reforma Agrária, proprietário da área, por conta própria, tentou resolver o problema em expulsar os ocupantes, através de perseguição, intimidação e uso da violência contra os posseiros, ultrapassando os limites da lei e dos direitos humanos. As ocupações resultaram na morte de um dos posseiros, destacado pelo Jornal Estado do Paraná,

[...] como ocorreu nos anos anteriores, o capataz da fazenda, João Scarton, tentou retirar os ocupantes pela violência. E foi num tiroteio desses que o capataz e seus capangas assassinaram um dos posseiros, João de Paula, de 53 anos, que deixou viúva e 9 filhos. O crime aconteceu dia 21 de julho de 1983, uma semana após a primeira invasão das terras (JORNAL ESTADO DO PARANÁ, 1984, p. 4).

A prática da violência utilizada pelos proprietários contra os acampamentos e ocupações de áreas de terra era muito comum. A maioria das conquistas de assentamentos esteve presente à força da polícia militar, dos jagunços contratados pelos latifundiários e da falta de agilidade nas soluções dos problemas por parte dos governos nos conflitos de Reforma Agrária.

Muitos casos de assassinatos de trabalhadores que nunca foram resolvidos, ou simplesmente eram camuflados, sendo criadas outras causas para a morte. Foi o caso da morte de João de Paula, registrado pelo Jornal do Estado do Paraná: “Morreu clivado de balas pelos jagunços, mas no atestado aparecia como mal subido” (JORNAL ESTADO DO PARANÁ 1984, p. 4).

Para que a ocupação não fracassasse, inicialmente os acampados da Fazenda Anoni concentraram-se em pequenos grupos à beira de estradas vicinais, aguardando o momento certo para ocupar toda a área da fazenda. Posteriormente, as 650 famílias espalharam-se pelos 4.000 ha, estabeleceram local de moradia, construíram os casebres em lonas plásticas, prepararam o solo para o plantio agrícola e construíram piquetes para as criações de animais domésticos.

Porém, a falta de decisão e agilidade do INCRA em criar o assentamento, gerou um clima de instabilidade no local e a represália ao movimento dos trabalhadores era constante, principalmente pela existência da emissão de uma ordem judicial de despejo dos trabalhadores. As decisões emitidas pelo Governo do Estado para a polícia militar, era que se cumprisse a ordem judicial. Na contramão do processo de despejo, os movimentos sociais da região constituídos pelos STRs, pela Igreja Católica e algumas autoridades em favor dos trabalhadores, assumiram a luta pela não realização da execução da ordem judicial impetrada pela Comarca de Francisco Beltrão.

Enfrentando as mais variadas dificuldades, os sem-terra persistiam no local aguardando uma solução para os impasses criados e da falta de uma solução. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terras da época, publicou a resistência dos posseiros e a insegurança criada na Fazenda com a possibilidade de execução da ordem judicial.

[...] os posseiros da Fazenda Anoni estão aguardando uma solução para o impasse criado, com a decisão da Justiça do Paraná em atender o pedido de reforço policial para o despejo das 648 famílias que vivem na fazenda há mais de um ano. A ação de despejo é conhecida desde o fim do ano passado. Mas a situação mudou quando os agricultores ficaram sabendo que a polícia militar pode chegar a qualquer momento para expulsá-los. O despejo só não foi executado porque um grande movimento de denúncia e de solidariedade está forçando as autoridades a negociar uma saída. Para o Governo do Estado, o despejo das 648 famílias, cerca de 4.000 pessoas, representará um problema a mais na já complicada situação fundiária do Paraná. Desde o início do ano, o tratamento das autoridades dado ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terras é o mesmo: não negociar com os ocupantes (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 1984).

A partir da não realização do despejo dos posseiros, deu-se continuidade as atividades de produção agrícola e pecuária, voltadas a subsistência e comercialização. A organização inicial adotada pelas famílias que ocuparam a Fazenda Anoni, era o trabalho coletivo, com grupos que auxiliaram na derrubada das árvores, construção de casas e a utilização de tração animal no preparo do solo para o cultivo agrícola.

Durante o ano de 1984, o trabalho de produção das famílias comprovou o grande potencial que a área tinha após a ocupação. Os resultados só começaram a ser evidenciados a partir das primeiras colheitas e comercialização dos produtos agrícolas no comércio local. O Jornal dos Trabalhadores Sem Terra publicou esses resultados na seguinte reportagem:

[...] neste ano em que ficaram na Fazenda Anoni, os posseiros plantaram, colheram, compraram animais e juntaram sementes. No total, são 458 cabeças de gado, 988 porcos, 56 cavalos, mais de 100 juntas de bois, milhares de galinhas, 20 mil pés de árvores frutíferas, além de sementes de vários produtos agrícolas e mantimentos. Quase 500 crianças frequentam as 10 escolas construídas pelos agricultores, com professores pagos por eles. Organizaram-se em 10 comunidades e cuidavam até da comercialização (JORNAL DOS TRABALHADORES SEM TERRA, 1984).

O processo de desapropriação da área e criação do assentamento só ocorreu no ano de 1998, 15 anos após a ocupação pelos posseiros. A legitimação do assentamento com o nome de

Eduardo Raduan atendeu poucas famílias que participaram da ocupação inicial da fazenda. Neste período, muitos dos ocupantes iniciais negociaram os lotes e poucos permaneceram na área. A falta de uma decisão mais efetiva por parte do governo e de apoio das políticas públicas produziu nesse período de 15 anos, uma instabilidade social e econômica, em que muitas famílias comercializaram seus lotes a preços irrisórios e de forma irregular para terceiros e quando houve a regularização, estes terceiros passaram a ser os beneficiados.

A partir da dificuldade de legalização ocorrida na Fazenda Anoni e as dificuldades enfrentadas pelas entidades envolvidas como a CPT, os STRs e a ASSESOAR no processo de legalização, surgiu à necessidade de rever as mobilizações das entidades junto aos sem-terra, o que culminaria nessa revisão, a criação de um movimento forte de representação dos trabalhadores sem terras, o MASTES, já descrito neste artigo.

A investidura em ocupações de áreas de terras iniciada Fazenda Anoni em 1983, foi um passo importante nos processos de ocupar outras áreas no Município de Marmeleiro, como foi o caso da Fazenda Perseverança que ocorrera em 1985. A Fazenda Perseverança pertencia a Empresa Dambros e Piva Madeireira, que explorava a área com a retirada da madeira. Em 1997 foi criado o Assentamento Perseverança<sup>6</sup>, o primeiro oficialmente no município de Marmeleiro.

Para se opor ao crescimento dos movimentos sociais, foi instalado no ano de 1987, no Sudoeste do Paraná, a União Democrática Ruralista (UDR) com a finalidade de atuar junto aos pecuaristas, madeireiros e grandes proprietários rurais para proteger as suas propriedades do avanço e das ameaças de ocupações de terras proferidas pelos movimentos sociais rurais. Promovia uma defesa nacional contra a Reforma Agrária e principalmente realizava a difamação ao Movimento dos Trabalhadores Sem Terras (MST).

---

<sup>6</sup> O Assentamento Perseverança foi o primeiro projeto criado pelo INCRA em 1988, no Município de Marmeleiro. As iniciativas de organização foram iniciadas no ano de 1985 pelos sem-terra, apoiados pelo STRs dos municípios de Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, Marmeleiro e Capanema, e teve a participação da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e da Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (ASSESOAR) de Francisco Beltrão. A origem do movimento pela luta de criação deu-se em 1985, quando formou-se na Comunidade Linhas Frias, Km 15, Rodovia entre Marmeleiro e Barracão, um acampamento de 480 famílias providas de vários municípios da região que se reuniram com o objetivo inicial de ocupar a área da Araupel em Quedas do Iguaçu – PR. Porém, o plano de ocupação não se concretizou, devido a forte presença de jagunços e policiais naquela fazenda. A estratégia foi voltar à atenção as áreas de florestas da Fazenda Perseverança, que estavam sendo exploradas no Município de Marmeleiro pela Empresa Dambros e Piva. Em 1986, a Fazenda Perseverança de 735,5 ha, foi ocupada pelas 480 famílias. Dias após, através de ordem judicial emitida pela Comarca de Francisco Beltrão, os ocupantes foram despejados. O processo de transformação da área assentamento ocorreu através da Portaria nº 317, de 12 de maio de 1987 (INCRA, 1987), área denominada Gleba 02, Colônia Missões, foi organizada com 34 unidades agrícolas familiares, 01 área comunitária e 01 unidade de preservação florestal permanente.

Em 1987, o Presidente Nacional da UDR esteve no município de Francisco Beltrão para fundar o Núcleo Regional da entidade. Com um discurso evasivo, abstrato e uma política voltada contra a Reforma Agrária, Ronaldo Caiado, defendia que havia a necessidade da união do pequeno, médio e do grande produtor rural, na defesa de uma política agrícola mais justa (FOLHA DO SUDOESTE, 1987). A prática da UDR era colocar para a opinião pública, que a entidade estava muito preocupada com a Reforma Agrária e sugeria para o Governo Federal, que realizasse a mesma nas terras do governo, assim descrito no Jornal Folha do Sudoeste,

[...] o Governo Federal deveria deixar de ser o maior latifundiário do País e começar a Reforma Agrária pelos 1,2 milhões de alqueires que lhe pertence. A reforma não consiste só em dar um pedaço de terra aqueles que querem trabalhar, pois sem a assistência técnica, estradas, educação e saúde, a terra não vai servir para nada (FOLHA DO SUDOESTE, 1987).

A vinda do presidente da UDR no Sudoeste foi alvo de manifestações das entidades em repúdio a política que a mesma defendia. A notícia publicada pelo Jornal Folha do Sudoeste (15/04/1987), quanto à recepção ao presidente UDR no município de Francisco Beltrão, ocorreu sob protestos das entidades:

[...] a visita de Ronaldo Caiado a Francisco Beltrão, no último dia 21 de março, para criar um Núcleo Regional da União Democrática Ruralista (UDR), da qual é presidente nacional, levantou fortes protestos e até mesmo 'repúdio' de alguns setores beltronenses. Caiado foi recebido friamente por entidades que entendem que a UDR e por extensão Ronaldo Caiado, defendem interesses contrários aos do povo brasileiro. [...] incluindo uma posição de 'repúdio' à UDR e ao seu presidente nacional Ronaldo Caiado, [...] surge um abaixo-assinado com as respectivas assinaturas de seus representantes legais, que a Folha veicula integralmente (FOLHA DO SUDOESTE, 1987).

Setores progressistas da Igreja, partidos políticos de esquerda, sindicatos, associações de classes e estudantes universitários participaram do movimento que gerou a assinatura do manifesto. O quadro 1 destaca o movimento de entidades em contestação a visita de Ronaldo Caiado e a instalação da UDR em Francisco Beltrão no ano de 1987:

Nesse panorama histórico levantado, a luta pela Reforma Agrária no Sudoeste do Paraná, deu-se com organizações dos trabalhadores rurais sem-terra, realizando um trabalho de base e enfrentamento da organização contrária aos interesses da realização da Reforma Agrária.

O movimento dos trabalhadores sem-terra crescia em toda a região. Os acampamentos próximos às áreas improdutivas indicavam que as ocupações eram eminentes. De acordo com Bergamasco e Norder (1996, p. 30), no início da década de 1980, somente no Sudoeste do Paraná, “havia cerca de 8.000 sem-terra acampados em apenas três municípios e aproximadamente 30.000 famílias em todo o Sudoeste que aguardavam a desapropriação de áreas de terras”.

1 - APP- Núcleo de F. Beltrão	13 - Núcleo Médicos Veterinários
2- ABED	14- Partido dos Trabalhadores
3 – Ass. Moradores Miniguaçu	15 - Pastoral Operária
4- Ass. Moradores Pé. Ulrico	16 - Pastoral da Juventude
5- ASSESSOAR	17- Pc do B de Fco. Beltrão
6- Assoc. Téc. Agrícolas F. Beltrão	18 - PCB - Fco. Beltrão
7 - CGT - PR	19 – PMDB -Fco. Beltrão
8 - CPT - Sudoeste -PR	20 - Sindicato Ass. Sociais - Pr
9 - Diretório Acad. Barbara Zimërmann	21- Sindicato da Const. Civil e F. Beltrão
10- Grupo Teatro Afoxe	22- Sind. Trabalhadores no Comércio F. Beltrão
11- Assoc. Eng. Agron. do PR	23- Sind, Trabalhadores Rurais F. Beltrão
12- JPMDB - F. Beltrão	24- Sind. Eng. Delegacia de F. Beltrão.

**Quadro 1: Movimento das entidades em contestação à instalação da UDR em Francisco Beltrão, 1987.**

FONTE: Folha do Sudoeste (abril, 1987).

O executor do Projeto Fundiário Iguaçu do Ministério da Reforma Agrária, Nirclésio Zabott, em entrevista no Jornal Correios de Notícias (11/02/1988) afirmava que na época, os maiores problemas sofridos pelos assentados nos assentamentos do Sudoeste do Paraná, eram a ineficiência do Governo do Estado em atender com políticas voltadas no atendimentos aos serviços públicos e créditos agrícolas. Ele descreveu um retrato da criação dos assentamentos nos anos de 1980, criados a partir da luta dos movimentos dos trabalhadores sem terras.

Os projetos de assentamento que existem hoje no sudoeste são: no município de Mangueirinha-Chopin, que tem 943,8 ha, 42 lotes rurais, 2 lotes comunitários, 42 famílias, 1 centro social de atendimento e 2 escolas; Chopinzinho tem 374 ha, 12 lotes rurais, 1 lote comunitário, 12 famílias e uma área plantada de 149,6 ha; Três Capões tem área de 843 ha, 33 lotes rurais, 33 famílias, 2 escolas e 1 centro social; Vitória União com 10.064 ha, 372 lotes rurais, 11 lotes demarcados e uma área plantada de 4 mil ha; Fazenda Lagoa, que tem 722 ha, 31 lotes rurais, 31 famílias e área plantada de 288 ha; e em Renascença o assentamento Jaciretá com 1,5 mil ha, 70 lotes rurais. 70 famílias e 2 escolas. No município de Palmas existe o assentamento de Passo Fundo, com 654 ha, 43 lotes rurais demarcados e 5 lotes comunitários demarcados, 43 famílias; em Clevelândia existem 3 acampamentos — Butiá, Vote Matungo e Paiol Grande, que juntos somam 2.778 mil ha, 182 lotes rurais, 182 famílias e 3 centros sociais. (ZABOTT, 1988).

Uma das entidades de maior relevância na luta pela Reforma Agrária foi a Igreja Católica Progressista, que teve um papel importante nas mobilizações e negociações. Contava com a presença de bispos e padres que enfrentavam as adversidades e a repressão dos movimentos contra Reforma Agrária. Reportagem da Folha do Sudoeste (06/10/1984), o Padre Natalício José Weschenfelder, escrevia um editorial para esclarecer a opinião pública da real situação da questão fundiária do Brasil, denunciando as formas de políticas excludentes geradas na época:

Todos os dias os jornais noticiam fatos ligados com a terra em qualquer região deste vasto país. Dia após dia, novos conflitos surgem e envolvem sempre mais famílias. Ludibriados pela falsa propaganda dos meios de comunicação social, agricultores vendem suas propriedades quando não forçados para pagarem empréstimos bancários e rumam para as cidades. As periferias os aguardam. O dinheiro já acabou e a fome e o desemprego os colheu totalmente. Hoje são boias-frias, subempregados, biscateiros, milhares a procura de trabalho e de comida. No Brasil já somam 12 milhões. No Rio Grande do Sul possui 170 mil sem-terra e no Paraná perto de 500 mil. Só no Sudoeste do Paraná existem hoje 250 mil pessoas à procura de emprego e de terra (WESCHENFELDER, 1984).

Os setores da Igreja Progressista exerciam papel importante de ação em favor da Reforma Agrária e assumiam com as entidades sociais, a luta pela mesma. Utilizavam a imprensa para divulgar os manifestos e nos encontros religiosos, para esclarecer a comunidade sobre os problemas sociais gerados.

A Reforma Agrária será a única saída para esta triste situação. As recentes ocupações de terras em Mangueirinha e Anoni, apenas para situar dois pontos deste Paraná, nos dizem bem alto da triste situação em que estas famílias vivem. Só através de pressão e de união o povo conseguirá alguma coisa. De cima não virá nenhuma solução se não for solicitada por aqueles que estão em baixo da pirâmide social (FOLHA DO SUDOESTE, 1984).

As declarações dos religiosos representavam uma afronta aos detentores do capital e dos latifundiários. Depoimento de Dom Orlando Dotti, bispo de Vacaria, escrito pela Folha do Sudoeste (06/10/1984), ilustra a realidade do problema da falta de política voltada a Reforma Agrária,

[...] os sem-terra são, sobretudo fruto do capitalismo selvagem que se instalou neste país. Sem condições de adquirir máquinas para as lavouras, o pequeno agricultor não consegue colheitas de alta produtividade para concorrer com o grande capital. Isso é sistemático, não é o acaso, é a lógica do capital e que acaba expulsando o homem do campo ou o transforma em trabalhador sem-terra. Para amenizar a situação o governo oferece projetos de colonização no Norte que não solucionam o problema, pois os sem-terra aumentam sempre. Só através da organização dos sem-terra e de uma Reforma Agrária justa teremos solução deste problema (DOTTI, 1984).

A imprensa tinha um papel importante no processo de divulgação dos acontecimentos que envolviam assuntos sobre a Reforma Agrária e da organização dos trabalhadores sem terras. Parte da imprensa trabalhava de acordo com os interesses dos grupos econômicos contrários a viabilização da Reforma Agrária. Schreiner (2002), descreve que o papel da comunicação através das filmagens e fotografias, contribuíram muito para a identificação dos trabalhadores e dos líderes dos movimentos, como sendo responsáveis pela “desordem social”, o que facilitava a prisão e condenação pela justiça.

Os meios de comunicação, aliados dos grandes grupos econômicos e do governo, transmitiam em rede nacional a versão que interessava, relativamente contra os interesses dos movimentos sociais e contribuía para a criminalização dos movimentos e colocando a opinião pública contra de Reforma Agrária.

A maneira como os grandes meios de comunicação, resgatavam esses acontecimentos do terreno movediço da luta pela terra, criminalizou a ação coletiva dos sem-terra em rede nacional, ao representá-las como subversão, como desordem, e os sem-terra como ‘baderneiros’, ‘chefes’ dos sem-terra ‘bandidos’, ‘invasores’ e ‘vagabundos’. Do ponto de vista da desmoralização e recriminação da ação coletiva, estas representações valorizam o isolamento, a individualização e ajudam a apagar a memória das experiências de luta e desconfigurar a consciência dos direitos (SCHREINER, 2002, p. 145).

Os movimentos sociais resistiram às pressões criadas pelas intervenções dos meios de comunicação, da pressão criada pelos grupos econômicos contra a Reforma Agrária e continuaram a escalada pela conquista da terra por décadas. Exemplos de ocupações que houveram como a Fazenda Anoni e Perseverança em Marmeleiro e Imaribo em Mangueirinha, e que acabaram se tornando assentamentos, outras áreas também foram ocupadas. Uma das maiores conquistas dos movimentos de trabalhadores sem terras, foi à criação do assentamento Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire, em Rio Bonito do Iguazu, na região central do Paraná

realizada em 1998<sup>7</sup>, em que 1.500 famílias ligadas ao MST foram beneficiadas. Os assentamentos tiveram a origem a partir da ocupação dos trabalhadores da Fazenda Giacomet-Marodim, também conhecida como Araupel. Foram desapropriados 27 mil hectares dos 83 mil da Fazenda da Madeireira Giacomet Marodim (BATTISTI, 2006).

Os movimentos dos trabalhadores sem terras contribuíram diretamente na viabilização da Reforma Agrária no Brasil a partir da organização dos trabalhadores, do enfrentamento as adversidades do poder e a negociações junto ao poder público. Os enfrentamentos as ameaças constantes por assassinatos de trabalhadores e de lideranças, despejos, agressões e torturas, não afastaram os ideais de conquistas em que milhares de trabalhadores vivem num lote de terra de assentamento espalhados pelo Brasil.

### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história de lutas de posseiros na Revolta dos Colonos em 1957, da luta dos suinocultores em 1980 por melhores condições de mercado suíno e dos trabalhadores sem-terra durante as três décadas entre 1970 a 1990, vivenciada no Sudoeste do Paraná, foi um marco importante que contribuiu diretamente na configuração de ocupação do espaço regional por pequenas propriedades rurais. As grandes áreas de terras foram transformadas em assentamentos e isso contribuiu para o aumento populacional no meio rural de muitos municípios.

A desestruturação social e econômica regional dos anos de 1960 a 1980, foi marcado por influência de políticas de governo e de crises econômicas, que introduzidas na região, ocasionaram problemas estrutural agrário que produziu a perda de propriedades rurais, o aumento de trabalhadores

---

<sup>7</sup> Na madrugada de 17 de abril de 1996, mais de 3.000 famílias sem-terra ocuparam o latifúndio da Fazenda Giacomet-Marodim, em Rio Bonito do Iguaçu. A desapropriação dos 27 mil hectares aconteceu em 1998, com o assentamento de 1.600 famílias. O grupo Giacomet foi violento na repressão aos trabalhadores. Em 1997, os sem-terra Vanderlei das Neves e José Alves dos Santos foram assassinatos em uma emboscada pelos pistoleiros da fazenda. Vários trabalhadores também morreram durante o desbravamento da fazenda e o plantio de pinus. Na fazenda foram encontrados vários cemitérios clandestinos. A implantação dos assentamentos Ireno Alves dos Santos e Marcos Freire transformou o cenário da região e desenvolveu a economia do município de Rio Bonito do Iguaçu. Hoje os assentados geram mais de 10 mil empregos diretos e indiretos nos municípios em torno dos assentamentos. Para garantir o direito dos trabalhadores à educação, os assentados conquistaram 10 escolas: 6 estaduais e 4 municipais, que funcionam dentro dos assentamentos e atendem em torno de 2.500 educandos. Na área da produção, os assentamentos produzem anualmente em média 500 mil sacas de milho, 50 mil sacas de soja, 50 mil sacas de feijão, 10 mil sacas de arroz e diariamente 24 mil litros de leite, chegando a 880 mil litros por ano, além de criar, em média, 20 mil animais entre suínos, bovinos e aves, para comercialização e consumo próprio (MST, 2009).

rurais nas áreas periféricas das cidades e o surgimento de grande números de trabalhadores explorados como peões, boias-frias, meeiros e contrato de parceria. Este marco histórico de políticas governamentais que favoreceu aos grandes grupos econômicos, levou o surgimento de luta dos movimentos sociais pela Reforma Agrária e políticas de apoio ao pequeno agricultor.

Os movimentos sociais tiveram um papel fundamental junto aos trabalhadores na luta pela terra. No Sudoeste do Paraná, mesmo havendo a saída de milhares de trabalhadores rurais das suas terras, a região conservou suas características sendo ela, atualmente, a mais ruralizada do Paraná e manteve traços efetivos da produção diversificada nos moldes da agricultura familiar.

#### 4 REFERÊNCIAS

A LUTA pelos direitos da propriedade. **Folha do Sudoeste**, 15 abr. 1987.

ANDRADES, Thiago Oliveira de; GANIMI, Rosângela Nasser. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

BATTISTI, Elir. As disputas pela terra no Sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n° 2, p. 65-91, ago. 2006.

BERGAMASCO, Sonia Maria; NORDER, Luiz Antonio Cabello. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BRASIL, **Decreto nº 94.756, de 10 de Agosto de 1987**. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-94756-10-agosto-1987-445323-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 8 Jun, 2012.

CORADINI, Odacir L. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Rio de Janeiro: Zahan, 1982.

DOTTI, Orlando. Depoimento. **Folha do Sudoeste**, 06 out. 1984.

FAJARDO, Sérgio. O território paranaense: aspectos da ocupação e formação da estrutura produtiva e as transformações da paisagem rural. **Guairacá: Guarapuava, PR**, v. 22, p. 95-117, 2006.

FRANCO, Mariana Pantoja. **Xagu: de sem-terra a assentado** (um estudo sobre a construção de identidades sociais no campo). 238 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

IDEIAS do Sudoeste para os sem-terra. **Jornal Estado do Paraná**, 15 jan. 1984.

INCRA, **Portaria n° 317, de 12 de maio de 1987**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br>>. Acesso em: 14 mai. 2010.

INVASÃO em Mangueirinha: 50 mil famílias sem-terras no Sudoeste. **Jornal Motocar**, 04 Jul. 1984. IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. **Assentamentos Rurais do Paraná**. Curitiba: IPARDES, 1992.

LAZIER, Hermógenes. **Análise histórica da posse de terra no sudoeste paranaense**. Curitiba: SECE/BPP, 1986.

LAZIER, Hermógenes. **Paraná: Terra de todas as gentes e de muita história**. Francisco Beltrão: Grafit, 2003.

MOBILIZAÇÃO para o despejo. **Jornal dos Trabalhadores Sem Terra**, Set. 1984.

MONDARDO, Marcos Leandro. Os Caboclos no Sudoeste do Paraná: de uma “Sociedade Autárquica” a um grupo social excluído. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, UFGD: Dourados, v. 2, n. 3, Jan/Jun, 2008.

RADAELLI, Idiane Mânica. **A Trajetória do Reassentamento Itá I, Mangueirinha-Pr**. 70 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento: Integração Regional e Desenvolvimento Local Sustentável) - Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2010.

REFORMA Agrária no Sudoeste. **Jornal Correio de Notícias**, 11 fev. 1988.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, Roseli Alves. Território e modernização da agricultura no Sudoeste do Paraná. **Revista Espaço Acadêmico** – UEM, Maringá, n° 118, ano X, p. 114-122, 2011.

SCHREINER, Davi Felix. **Entre a exclusão e a utopia: um estudo sobre os processos de organização da vida cotidiana nos assentamentos (Região Sudoeste/Oeste do Paraná)**. 461 f. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade de São Paulo (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas), São Paulo, 2002.

SEM-TERRAS aguardam a Reforma Agrária. **Jornal do Iguaçu**, 30 jun. 1984.

VENDAS de propriedades rurais assustam técnicos. **Jornal do Iguaçu**, 4 mar. 1984.

WACHOWICZ, Ruy Christovan. **Paraná Sudoeste: ocupação e colonização**. 2° ed. Curitiba: Lítero Técnica, 1985.

WESCHENFELDER, Natalício José. Editorial. **Folha do Sudoeste**, 6 out. 1984.